

Editorial

Vanessa Campagnac

Editora da Revista Cadernos de Segurança Pública

No ano do 11º aniversário da Lei Maria da Penha, é importante reconhecer os avanços em relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. Entretanto, também são muitos os obstáculos a serem superados para que tenhamos uma sociedade com menos desigualdades de gênero.

Nesta edição da Revista Cadernos de Segurança Pública, privilegiamos, então, o tema **Violência contra a Mulher e Políticas Públicas**. Trazemos, portanto, seis artigos que abrangem desde práticas policiais de enfrentamento à violência contra a mulher a desdobramentos legais e socioculturais gerados por este fenômeno violento. Os desafios a serem superados são muitos. E, neste sentido, apresentamos seis valiosas reflexões para que você, leitor, continue participando deste debate cujo tema não pode ser deixado de lado. Em tempos de retrocessos quanto à condição da mulher na sociedade brasileira, nada mais profícuo que compartilhar informações para fundamentar o debate público.

Abrimos esta edição com a experiência relatada pelo 38º Batalhão da Polícia Militar quanto à prevenção da violência doméstica, concretizada nas ações dos Guardiões da Vida. O Tenente Coronel da Policial Militar e Mestre em Psicologia Márcio dos Santos Guimarães e a Cabo da Polícia Militar e Graduada em Pedagogia Hortência Barreto da Costa Barros assinam o trabalho que detalha como tal projeto vem funcionando no município de Três Rios, interior do estado do Rio de Janeiro. Agindo diretamente na prevenção de crimes de violência doméstica, o texto expõe sua metodologia de trabalho e seus resultados positivos, principalmente no que se refere à diminuição da renitência por parte dos agressores.

A segunda experiência apresentada nesta edição diz respeito às ações do Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM) na Comunidade da Rocinha, na capital fluminense. O Delegado de Polícia Civil Gabriel Ferrando de Almeida e a Inspetora de Polícia Civil Michelle Cristina Oliveira de Souza discutem as semelhanças e diferenças entre os perfis das vítimas lá atendidas com os aqueles apontados por outros estudos sobre a mesma temática.

O terceiro artigo, da Policial Militar Rhayane Barbosa de Castro Rodrigues, nos traz uma análise das ocorrências de violência contra mulheres registradas nas delegacias não especializadas de Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2011 a 2015. A autora discute a importância do papel do policial militar em relação ao atendimento das vítimas, prezando pela necessidade de uma formação pautada nos princípios de garantia dos direitos humanos e de treinamentos continuados durante o exercício de suas atividades cotidianas.

As Doutoradas em Serviço Social Ebe Campinha dos Santos e Luciene Medeiros trazem sua valiosa contribuição ao quarto artigo desta edição, expondo os avanços alcançados em termos legais e no âmbito das políticas

públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Ainda, nos relatam a experiência do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando da construção do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, trabalho pioneiro de promoção e proteção dos direitos da mulher naquele município.

O quinto artigo aqui incluído traz um tema correlato ao da violência contra a mulher: os reflexos dos conflitos domésticos no desenvolvimento da criança e do adolescente. A autora Rachel Carmoniz de Macena, graduanda em Segurança Pública e Social, realiza uma revisão literária da temática, buscando a compreensão das formas pelas quais se originam tais interferências e abordando as possíveis consequências no futuro do jovem vitimado pela violência de gênero. Tema pouco estudado, este se mostra como um dos mais graves desdobramentos da violência sofrida pelas mulheres, principalmente quando tal vitimização ocorre no ambiente doméstico.

Esta edição é encerrada com o artigo da Doutora em Direito e Juíza titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Adriana Ramos de Mello, e da doutoranda em Direito e professora Livia de Meira Lima Paiva. Focando no caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em 2016, as autoras discutem as repercussões deste fato tanto nas mídias sociais como no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Apontam a gravidade do tema, correlacionando-o com o impacto social que pode causar.

Esperamos, como sempre, contribuir para o debate público apresentando trabalhos originais sobre a gravidade da violência contra as mulheres, experiências que vêm sendo realizadas pelas polícias no sentido de mitigar este tipo de violência e a necessidade de políticas públicas que tenham essa temática como dimensão preponderante. Leiamos!